

Do asfalto para a floresta: apontamentos sobre a gestão democrática em escolas de povos indígenas da Amazônia ocidental brasileira

Larissa Oliveira Enes

larissaenes2015@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Jilvania Lima dos Santos Bazzo

jilvania.bazzo@ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Resumo: Este trabalho problematiza alguns princípios formativos da gestão democrática, a partir da pesquisa iniciada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, em nível de mestrado no corrente ano. Com objetivo de analisar o processo de gestão escolar em instituições de ensino de povos indígenas da Amazônia Ocidental Brasileira, no Município de Cruzeiro do Sul/Acre, busca-se refletir sobre suas implicações para a socialização, o desenvolvimento e a aprendizagem de estudantes indígenas. A pesquisa será de abordagem qualitativa, de cunho descritivo, sendo suas fontes de investigação de natureza bibliográfica, documental e de campo.

Palavras-chave: Gestão escolar. Gestão democrática. Equipe gestora. Escola indígena.

Introdução

As pesquisas na área de educação vêm mostrando que, para uma escola funcionar de forma eficiente e materializar a sua função social, a equipe gestora precisa ser democrática. Mas, o que isto significa? O que é essa tal democracia? Uma escola funciona de forma produtiva quando inexistem processos democráticos, isto é, quando as decisões não são tomadas em favor do bem-comum, quando ela procura não atender aos interesses de todos e, principalmente, ignora o equacionamento da igualdade entre as pessoas? Quando a democracia está em risco no interior da escola?

Se a comunidade escolar não tem voz e nem vez e, na maioria das vezes, não se agrada de como a equipe gestora direciona a escola, pode ocorrer sérios problemas dentro do âmbito escolar. Assim, toda instituição precisa se configurar como um ambiente que propicie condições de igualdade de participação de todos, favorecendo meios e oportunidades para que se concretize a gestão democrática, ou seja, que o corpo docente, o corpo discente, a coordenação pedagógica, os demais integrantes da instituição escolar, os familiares e a comunidade externa em geral participem das decisões institucionais e busquem juntos por

projetos que visem ao pleno desenvolvimento humano como utopia realizável, mediante a realização de projetos que produzam conhecimentos e estabeleçam relações capazes de delinear as ações cotidianas.

A concretização de uma gestão democrática está, entre outros fatores, em compreender alguns princípios que caracterizam uma escola emancipadora e não violenta. Inicialmente, é preciso ter muito claro que a força reside no coletivo e não em um indivíduo em especial. Não se trata, portanto, de concentrar na figura de um líder, porém ela é desenvolvida na coletividade, na relação entre as pessoas, no cuidado com as pessoas, com o lugar, o território e o tempo.

Daí a importância de que as propostas e as ações realizadas sejam com as pessoas e não sobre as pessoas, isto significa que as motivações, as provocações, a responsabilidade e o compromisso social serão costurados entre os pares, propiciando confiança, segurança e, fundamentalmente, despertando o apoio e a participação de todos. Por outro lado, é certo que haverá também a necessidade de acolhimento das divergências, de equacionar os conflitos e resolver as situações complexas em favor do bem-viver. Caracteriza-se aí a gestão democrática: cada dia terá a sua alegria e o seu desafio.

Neste sentido, a gestão democrática de escola pública requer a participação coletiva das comunidades escolares e local na gestão dos recursos financeiros, de pessoal, de patrimônio, na construção e na implementação do Regimento Escolar e na construção e implementação da Proposta Pedagógica da instituição escolar. Por este motivo, neste trabalho, estudaremos sobre a gestão escolar de instituições indígenas, buscando compreender questões fundamentais a ela relacionadas, em especial ao seu papel social da Amazônia Ocidental Brasileira, no Município de Cruzeiro do Sul/Acre, e suas implicações para o desenvolvimento da aprendizagem e para a formação dos alunos indígenas. Qual a forma de administrar a escola indígena como um todo? Ao entender que, para um completo desenvolvimento educacional, o profissional responsável pela área da gestão precisa observar as necessidades e particularidades de cada coletivo dentro da instituição, promovendo uma melhor relação e desenvolvimento das atividades, como ele operacionaliza o trabalho desenvolvido dentro da escola?

A expectativa é que, ao aprofundarmos o estudo dessa temática com o desenvolvimento da investigação, a partir de experiências locais, possamos trazer contribuições empíricas e teóricas sobre o processo de gestão escolar e, conseqüentemente, para a educação de estudantes indígenas.

Como pode ser observado, esta investigação se torna relevante, porque se trata de uma oportunidade tanto para pesquisadores em educação e áreas afins quanto para a população em geral conhecer, por meio da produção acadêmico-científica, o espaço educacional acreano,

assim como debater sobre a qualidade do ensino indígena no país. É relevante ainda porque possibilitará a realização de um estudo sobre as práticas de gestão escolar em instituições de ensino de povos indígenas da Amazônia ocidental brasileira.

Método

Antes de tratarmos sobre a abordagem teórico-metodológica, apresentaremos o lócus e os sujeitos de pesquisa. Trata-se do povo indígena Katukina, que vive na Terra Indígena Campinas Katukina, localizada na BR 364 Km 62, a 70 quilômetros de Cruzeiro do Sul/AC. Este povo foi escolhido por ser acompanhado pela Secretaria Estadual de Educação do Acre (SEE) e está organizado em 06 (seis) aldeias com uma escola em cada uma delas, assim distribuídas: Aldeia Samaúma – Escola Francisco de Assis Santanawa; Aldeia Bananeira – Escola João Damião; Aldeia Warinawa – Escola Katukina I; Aldeia Campinas – Escola Katukina II; Aldeia Mashya – Escola Pedro de Souza Warinawa; e Aldeia Nova Olinda – Escola Yositi Shovo Tãmākãyã. Os sujeitos desta pesquisa serão os docentes das escolas pesquisadas, pais de estudantes e a equipe gestora das escolas do povo indígena Katukina. Inicialmente, há o desejo de trabalhar com as 03 (três) escolas, mas a quantidade pode variar, dependendo de fatores externos e dos dados de realidade para o desenvolvimento desta pesquisa.

Do ponto de vista de fundamentação teórica, a abordagem é qualitativa, crítico-dialética e comprometida com a transformação social. Será um estudo de cunho descritivo, sendo que as fontes de investigação serão de natureza bibliográfica, documental e de campo.

Segundo Gil (2008), a abordagem qualitativa pode proporcionar o contato direto com o objeto de investigação, possibilitando, assim, uma visão mais ampla da situação estudada e favorecendo uma apresentação de dados que serão organizados a partir de índices de qualidade. Já a pesquisa descritiva, para ele, tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. A revisão bibliográfica, por sua vez, servirá para contribuir com o embasamento teórico deste estudo que, desenvolvida com base em material já elaborado, presente principalmente nos livros e artigos científicos, se constituirá em uma fonte de levantamento de informações sobre a temática em análise e é realizada, por meio de um estudo dos materiais que já foram produzidos por outras pessoas e que possuem credibilidade científica. (GIL, 2008).

Além disso, como já anunciado anteriormente, será realizada uma pesquisa de campo, com o propósito de obter informações sobre questionamentos que precisam ser respondidos. Segundo Marconi e Lakatos (2003), é uma forma de levantamento de dados no próprio local

onde ocorrem os fenômenos, através da observação direta e entrevistas. No campo, a intenção é realizar a coleta de dados a partir dos seguintes instrumentos: entrevistas semiestruturada e observação não participante.

Considerando que, segundo Marconi e Lakatos (2003, p.180), com a realização da entrevista semiestruturada, “o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada”, utilizaremos este recurso metodológico para aprofundarmos alguns assuntos e solucionarmos dúvidas, visando nos aproximarmos o mais possível da realidade e evitarmos o maior número de erros e equívocos (prováveis/possíveis) na versão final da apresentação dos resultados. Para a formulação do roteiro das entrevistas, consideraremos questões básicas de interesse da pesquisa e serão analisados os dados através dos discursos da equipe gestora, dos docentes de pais dos estudantes indígenas.

Finalmente, cabe destacar que a observação servirá para levantar alguns dados adicionais no ambiente escolar e do modo de trabalho da equipe gestora. Na perspectiva de Marconi e Lakatos (2003), por meio da observação, o pesquisador pode coletar os dados com vistas a obter as informações, fazendo uso de sentidos para fins de determinados aspectos da realidade. Por essa razão, o processo de observação não participante ajudará a perceber as nuances do cotidiano, os modos de relação, de participação e cooperação de todos no interior das instituições escolares, a previsão é que se inicie no primeiro semestre de 2020.

As informações serão agrupadas em categorias, permitindo um melhor tratamento e análise dos dados coletados. Esta pesquisa será submetida à análise do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, conforme rege a resolução CNS 466/2012, para que possamos resguardar os sujeitos entrevistados e garantir a legitimidade da pesquisa.

Discussão teórica e resultados parciais

De acordo com a Constituição de 1988, art. 206, e com a LDB 9.394/96, o ensino será democrático na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino. Sabemos também que nos manuais mais elementares, o objetivo da gestão se centra no alcance de resultados e no fortalecimento da figura do líder, motivando as equipes no alcance desses resultados, além de enfatizar a qualidade do currículo por competências e promover estímulos à participação dos pais no processo de busca da excelência do ensino e da aprendizagem sem estabelecer qualquer relação entre seus interesses, finalidades e a vida de cada um e de todos os seres humanos.

No que se refere à gestão democrática das escolas de povos indígenas da Amazônia ocidental brasileira, muito pouco ou quase nada se encontra em estudos sobre como acontece a gestão nessas instituições de ensino. Pesquisar sobre as práticas de gestão democrática da

escola indígena é de suma importância, pois nos ajudará a conhecer como ocorre o seu processo educacional, uma vez que grande parte desse processo depende de uma gestão democrática.

Por se tratar de uma escola que está localizada na comunidade indígena, o modo de gerir é de alguma forma diferenciada, pois além de envolver os aspectos socioculturais da comunidade, a escola também recebe estudantes de outras localidades. Assim, o gestor haverá de ter um olhar observador para realidade, tendo em vista a responsabilidade de fazer com que a comunidade escolar participe das tomadas de decisões da escola. A partir desse olhar para realidade, o gestor favorece a democracia no âmbito escolar. De acordo com Sá (2011, p.75), “a vivência da democracia é um processo a ser construído e fortalecido, assim esse processo deve ser construído com a união de todos, partindo do desejo de conquistar um bem comum que é uma educação de qualidade”.

A gestão democrática está baseada na coordenação de atitudes e ações que propõem a participação social, portanto, de toda a comunidade escolar (professores, estudantes, pais, direção, coordenação pedagógica, equipe administrativa e financeira, e de apoio técnico, de segurança e serviços gerais), que é considerada sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões da escola. Assim, é imprescindível que cada um destes sujeitos tenha clareza e conhecimento de seu papel quanto participante da comunidade escolar.

A partir da concepção do encontro de pessoas com posicionamentos diferentes e de diferentes modos de se relacionar social, afetiva, política e economicamente, quais os fundamentos teóricos e metodológicos da gestão democrática? Considerando os aspectos multiculturais, a gestão democrática inaugura uma possibilidade de constituir uma nova realidade cultural nas instituições educacionais.

O caráter multicultural de uma instituição de ensino representa um espaço privilegiado de interações, ações e intenções que contribuem para a construção de referenciais presentes nesses espaços reconhecidamente como democráticos, bem como em seus entornos, assim como explicita Canen (2005, p.35), “deve, pois, ser repensado, a forma de promover parcerias com as organizações no sentido de se preparar para diversidade cultural”, pois para se efetivar a gestão democrática na instituição escolar é necessário garantir que todos compreendam sua responsabilidade nesse processo.

Segundo dados da UNESCO (2000), a construção da democracia muito decorre do trabalho educativo realizado pela escola.

Enquanto princípio constitucional, a gestão democrática do ensino público, traduz a participação ativa e cidadã da comunidade escolar e local na

condução da escola, pois, no contexto escolar, a gestão é um ato político que implica na tomada de decisões que não podem ser individuais, mas coletivas. (BRASIL, 2004).

Para que a gestão democrática se concretize é vital o desenvolvimento de ações pedagógicas e administrativas pautadas nos princípios de autonomia e em processos de participação e de cooperação. A participação de todos é condição essencial para a gestão democrática. Isso resulta a efetivação de práticas que favorecem o desenvolvimento da cidadania e o exercício da democracia. De acordo com Santos (2002, p.70) a democratização visa à “percepção da possibilidade da inovação entendida como participação ampliada de atores sociais de diversos tipos em tomada de decisão”.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (BRASIL, 1998), entre os povos indígenas, a educação se assenta em princípios que lhes são próprios, dentre os quais: uma visão de sociedade que transcende as relações entre humanos e admite diversos seres e forças da natureza com os quais estabelecem relações de cooperação e intercâmbio a fim de adquirir e assegurar determinadas qualidades; valores e procedimentos próprios de sociedades originalmente orais, menos marcadas por profundas desigualdades internas, mais articuladas pela obrigação da reciprocidade entre os grupos que as integram; noções próprias, culturalmente formuladas – portanto, variáveis de uma sociedade indígena a outra – da pessoa humana e dos seus atributos, capacidades e qualidades; formação de crianças e jovens como processo integrado; apesar de suas inúmeras particularidades, uma característica comum às sociedades indígenas é que cada experiência cognitiva e afetiva carrega múltiplos significados - econômicos, sociais, técnicos, rituais, cosmológicos.

No contexto escolar, a participação efetiva da comunidade no desenvolvimento do trabalho pedagógico pressupõe transparência nas decisões e representatividade de todos os segmentos, pois, se a escola tem como um de seus principais objetivos propiciar uma educação que conduza à cidadania deve organizar-se de forma a desenvolver relações horizontais de cooperação e solidariedade entre todos os envolvidos no processo pedagógico. É com essa compreensão que Sales (2004, p.27) destaca o seguinte: “participar é ter o poder de definir os fins e os meios de uma prática social, poder que pode ser exercido diretamente ou por meio de mandatos, delegações ou representações”.

De acordo com Grabner (2012), a democracia na educação escolar indígena é bastante recente e ainda tenta se consolidar, pois por muito tempo a educação indígena foi ignorada como modalidade de ensino, e os ensinamentos de sua cultura foram negados as suas comunidades, usurpadas pelos colonizadores, que introduziram de maneira invasiva os

costumes e ensinamentos trazidos por eles. Segundo a autora, houve a necessidade de recuperar de forma legítima a educação formal com características próprias e diferenciadas, pautada nos eixos específicos e culturais. A partir da Constituição Federal de 1988, a educação indígena obteve um maior reconhecimento e valorização da cultura, levando a uma expansão da cultura indígena.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20/12/1996) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172 de 09/01/2001), nas quais é abordado o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, caracterizada pela utilização das línguas maternas, pela valorização dos conhecimentos tradicionais e saberes milenares e pela capacitação de professores indígenas para atuarem em suas próprias comunidades (GRABNER, 2012, p.55).

Diante dos enfrentamentos, a educação escolar indígena tem se firmando de maneira positiva, através do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI, 1998), que incentiva a construção de programação feita a partir de projetos históricos e étnicos específicos e dos demais mecanismos legais e de resistência pela terra e pelo direito de existir.

Como no Brasil, por ser jovem e ter sofrido um golpe, segundo alguns pesquisadores da área de ciências política (JINKINGS, DORIA e CLETO, 2016), a democracia está em crise nas diferentes instâncias (famílias, repartições, igrejas, cooperativas, partidos, cidade, utilização e preservação do meio ambiente), a participação seria mais bem traduzida como uma estratégia metodológica para aprender a ouvir, aprender a fazer perguntas, aprender fazer valer a importância econômica, política e cultural das pessoas, categorias ou classes que estejam envolvidas em um determinado processo social – aprendizagem de viver e agir em cooperação.

Nesse sentido, a participação consiste em definir e redefinir permanentemente os fins e os meios das práticas que estejam sendo desenvolvidas. Participação, portanto, é a aprendizagem da decisão em todos os momentos e lugares em que se esteja vivendo e atuando, isto é, viver e agir em cooperação. Para Catani e Gutierrez, há uma íntima relação entre a participação e a gestão escolar,

[...] a participação se funda no exercício do diálogo entre as partes. Essa comunicação ocorre, em geral, entre pessoas com diferente formação e habilidades, ou seja, entre agentes dotados de distintas competências para a construção de um plano coletivo e consensual de ação. (CATANI e GUTIERREZ, 2001, p. 38).

Nesse contexto, viver e agir em cooperação implica romper com as relações de poder e autoritarismo, visando favorecer o desabrochar de relações democráticas entre todos os envolvidos. Assim, a concretização de uma gestão escolar democrática pressupõe atuar na perspectiva multirreferencial, desenvolvendo um projeto educativo intencional que busca promover a relação entre pessoas de culturas diferentes. Isso implica em efetivar uma prática pedagógica que propicie oportunidades educativas a todos, respeitando e integrando a diversidade de sujeitos. Para tanto é importante desenvolver processos educativos, metodologias e instrumentos pedagógicos que deem sustentação à complexidade das relações que se estabelecem entre os seres humanos. (BRASIL/MEC, 2004).

Nesta perspectiva, para se efetuar uma transformação contínua na gestão escolar, muitos desafios são enfrentados por conta de diferentes interesses. Existem pessoas que querem continuar com uma educação hegemônica globalizadora e neoliberal, apresentando propostas de uma falsa democratização de um lado. Existem ainda aquelas pessoas que buscam construir um paradigma emancipatório focado na realidade social e local do estudante e preocupados também com a formação de pessoas capazes de construir sua própria história com princípios e valores e conscientes do seu papel na sociedade. Mas, qual sociedade? Que papel social? Se são tantos os interesses, os desejos e os projetos sociais, qual caminho seguir? Qual gestão escolar dará conta dos desafios das demandas atuais?

Urge estudar sobre a educação indígena, especialmente porque, implicará em outras formas de se relacionar socialmente e produzir cultura. Uma crise que está posta para todos nós, por exemplo, e que os povos indígenas poderão nos ajudar a solucioná-la, é a questão da fome e da distribuição dos alimentos. Pesquisar as formas de organização dos espaços escolares indígenas nos ajudarão a aprender as práticas culturais que mais se coadunam com os interesses da humanidade e da ecologia do planeta, e assim poderemos, quiçá, aprender a ensinar às nossas crianças e aos nossos jovens a como resolver esse problema futuramente.

Ao destacar que os indígenas, os afrodescendentes e os camponeses entre outras populações são aquelas que melhores zelam pelos interesses coletivos e do planeta, Porto-Gonçalves (2012) vem discutindo em seus trabalhos a questão geopolítica implicada no debate sobre a fome e o meio ambiente. Para ele, o modelo agrário/agrícola atual de uso dos recursos naturais das regiões temperadas tem se colocado em confronto com o conhecimento patrimonial, coletivo e comunitário característico desses povos. Segundo o autor, esse modelo tem sido imposto com um alto custo ecológico, cultural e político para o mundo todo na medida que a extrema especialização, tanto no sentido da monocultura, como da dependência de alguns poucos cultivares, torna os agroecossistemas vulneráveis não só a pragas e às variações

climáticas como também os tornam extremamente dependentes de insumos externos, como adubos, agrotóxicos e energia vindos de outras regiões.

Diante do exposto, as discussões aqui propostas trazem a um debate em torno da educação indígena, mais especificamente sobre a gestão escolar em território de povos indígenas como um convite para saída das racionalidades a partir dos cálculos feitos a partir do asfalto para a floresta.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo analisar o processo de gestão escolar em instituições de ensino de povos indígenas da Amazônia Ocidental Brasileira, no Município de Cruzeiro do Sul/Acre, buscando refletir sobre suas implicações para a socialização, o desenvolvimento e a aprendizagem de estudantes indígenas, observando valores e princípios formativos da gestão democrática a partir da seguinte problemática: qual a forma de administrar a escola indígena como um todo?

A partir daí, discutimos que para um completo desenvolvimento educacional, o profissional responsável pela área da gestão precisa perceber as necessidades e particularidades de cada coletivo dentro da instituição, promovendo uma melhor relação e desenvolvimento das atividades. Como irá operacionalizar o trabalho desenvolvido dentro da escola? Eis seu desafio, pois a resposta será encontrada pelas experiências vividas no chão de cada instituição, com os sabores e dessabores do existir para atender a todos e a cada um em suas singularidades.

Por essa razão, ao tratamos sobre a educação indígena e nos focarmos na temática da gestão, afirmamos que para se ter uma gestão de qualidade é preciso uma gestão democrática, ou seja, a equipe gestora concebendo a escola como um todo, ouvindo e procurando beneficiar a todos de forma que o âmbito escolar seja um lugar de igualdade, respeito e harmonia, e as tensões, os conflitos e desafios sejam considerados como traços humanos que nos conduzem para o caminho da busca pelo aperfeiçoamento.

A equipe gestora da instituição escolar indígena, portanto, trabalha de forma diferenciada de outras instituições escolares não indígenas, ela envolve além da sua equipe escolar, também a comunidade, pais de alunos e lideranças da aldeia. Algumas atividades da vida cotidiana do lugar são envolvidas àquelas realizadas pela escola de alguma maneira, a exemplo do calendário escolar, da organização dos feriados, das festas culturais e dos costumes que são ensinados dentro da instituição escolar e que exigem uma grande parceria da equipe gestora com as lideranças indígenas.

Finalmente, resta-nos afirmar que o trabalho da equipe gestora se torna democrático, porque democracia dentro do âmbito escolar envolve um aglomerado de acordos e cumplicidades, não apenas por conta da parceria com as lideranças indígenas, mas, sobretudo, porque estão todas as pessoas implicadas no projeto de realização e felicidade humana. Defendemos, pois, que há na gestão escolar indígena os princípios fundamentais da democracia: o poder e o exercício de escolhas atendem ao imperativo da vida e da alegria de viver em celebração coletiva, ou seja, os povos indígenas - juntamente com outras pessoas não indígenas - estão com a floresta e em favor dos seres vivos que dela precisam para respirar. Por essas razões ora delineadas, acreditamos que é chegado o tempo de deslocamento do nosso olhar **do asfalto para a floresta**, ou seja, o momento de aprender com a gestão escolar indígena a zelar pela nossa formação integral, a cuidar da natureza a qual somos parte indissociável e a fortalecer os vínculos entre os diferentes povos e nações.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor** / elaboração Ignez Pinto Navarro... [et al.]. Brasília: MEC, SEB, 2004.

CANEN, A. Sentidos e dilemas do multiculturalismo: desafios curriculares para o novo milênio. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2005.

CATANI, A. M.; GUTIERREZ, G. L. Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GRABNER, M. L. **Educação Indígena**. 2012. Disponível em:
<<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki->

JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

SALES, I. C. Os Conselhos Municipais de Educação (Desafios da Gestão Democrática). In: **Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação Pró-Conselho**: Caderno de referência. Brasília: MEC/SEB, 2004.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, 2000.